

Evento: XX Jornada de Extensão

GAP- GRUPO DE APOIO PSICOSSOCIAL- REFLEXÕES EM TORNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS¹

GAP- PSYCHOSOCIAL SUPPORT GROUP- REFLECTIONS ON PUBLIC POLICIES

Carolina De Oliveira Konzen Thomas², Elisângela Maria Almeida Dos Santos³, Ângelo Fabiam Duarte Thomas⁴, Adriana Paula Kacheski Beck⁵

¹ Projeto de Extensão realizado na Assistência Social do Município de Giruá

² Graduada em Direito, pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo

³ Psicóloga da Assistência Social do Município de Giruá

⁴ Graduado em Direito, pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo, campus Santo Ângelo.

⁵ Psicopedagoga e professora da rede municipal de ensino de Giruá

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca discorrer acerca de um modelo de política social inclusiva, integrativa e eficaz para o desenvolvimento social de um determinado grupo de sujeitos, proposta pelo Governo Municipal de Giruá, no período de 2010 a 2016. Através do decreto nº103/2010, criou-se o Grupo de Apoio Psicossocial para crianças e adolescentes. Esse programa foi implantado na Política Municipal de Assistência Social e integrou vários setores da administração pública, reunindo os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos para o constante diálogo e fortalecimento da rede municipal de apoio e proteção à criança e ao adolescente, propiciando melhorias da saúde, educação e das condições psicossociais dos infantes giruaenses.

Nesse sentido, cabe mencionar Cruz (2005), acerca das problematizações como um desafio para os diferentes campos de atuação profissional nas intervenções e práticas vivenciadas através da execução do GAP. De acordo com o autor, é possível apostar na proposta transdisciplinar, a partir de uma “contaminação” e articulação com os demais saberes envolvidos, é possível o surgimento de outros territórios e outras possibilidades para as políticas públicas.

Em virtude das demandas apresentadas, o Governo Municipal de Giruá criou esta Política Pública inovadora e pioneira que visa prestar atendimentos a crianças e adolescentes, em suas fragilidades emocionais, sociais e de aprendizagem, integrando e fortalecendo a rede municipal de apoio e proteção à criança e ao adolescente no decorrer dos anos de 2010 a 2016.

Artigo 1º: “É criado o programa Grupo de Apoio Psicossocial para crianças e adolescentes (GAP), a ser desenvolvido pelo Governo Municipal de Giruá (RS), através da Secretaria Municipal de Promoção Humana (SMPH) e demais órgãos do Poder Executivo Municipal, buscando a obtenção de avanços significativos na

Evento: XX Jornada de Extensão

permanente missão de proteção aos direitos das crianças e adolescentes, sobretudo nos casos de extrema vulnerabilidade sócio-econômica, conflito com a Lei, drogadição, abandono moral e material, encaminhamento à resolução das ditas situações adversas com olhos para a evolução dos indivíduos e formação de homens e mulheres livres de quaisquer ameaças à formação da cidadania” (Decreto Municipal nº103/2010).

Artigo 2º: “A formação se dará através de um grupo multiprofissional, formado, no mínimo, por profissionais da área da Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Terapia Ocupacional, atuando em Rede, compartilhando experiências e conhecimento para que então se possa proporcionar o pleno atendimento à criança e ao adolescente, oferecendo-lhes suporte psicológico, social e pedagógico, garantindo-lhes plenas possibilidades de um futuro digno, além da contribuição ativa para a formação e consolidação da cidadania, e/ou atendimento adequado em quaisquer situações ou circunstâncias envolvendo infantes e jovens” (Decreto Municipal nº103/2010).

Os objetivos deste estudo se referem a oportunizar condições e suporte psicológico, psicopedagógico e social às crianças e adolescentes atendidos, possibilitando o seu desenvolvimento integral, através da busca da sua emancipação social; estabelecer estratégias de intervenção, identificando e sanando as demandas apresentadas; acompanhar o desenvolvimento das crianças e adolescentes em seus núcleos escolares; construir um banco de dados, registrando a situação de cada indivíduo atendido e a evolução dos casos abordados; consolidar e fortalecer a rede de Proteção à criança e adolescente no município de Giruá, trabalhando de forma articulada e transversal através do diálogo permanente com as entidades participantes do Sistema de Garantia de Direitos.

METODOLOGIA

O programa disponibilizou de uma equipe multiprofissional composta por psicólogas, assistentes sociais e psicopedagogas, em rotinas de atendimentos diários e gratuitos. Os encaminhamentos para os atendimentos eram provenientes do Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Secretaria Municipal de Educação e escolas municipais, Escolas Estaduais, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar, Polícia Civil, encaminhamentos médicos e demanda espontânea. Através do suporte oferecido para as escolas, realizou-se palestras sobre sexualidade, bullying e principais conflituosas da infância e adolescência.

A Rede de Proteção às crianças e adolescentes inserida na esfera municipal, consolidou-se através de encontros mensais com as diversas entidades ligadas ao tema, tanto para o

Evento: XX Jornada de Extensão

encaminhamento de demandas, quanto para a construção de diretrizes e objetivos comuns para o acolhimento e proteção dos atendidos, bem como, realizou-se estudos sobre as formas de atuação a fim de promover a emancipação social de suas famílias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Grupo de Apoio Psicossocial atendeu 750 crianças e adolescentes do ano de instauração (2010) até seu término (2016), sendo disponibilizados 200 atendimentos semanais, 800 atendimentos mensais, 8.000 atendimentos anuais (considerando 10 meses, devido aos períodos de férias e término de contrato) e ao longo dos seis anos de atuação do programa foram disponibilizados 48.000 atendimentos a crianças, adolescentes e suas famílias.

A efetividade deste programa se consolida por uma amostra do ano de 2015, na qual, dos 282 atendidos, 43% sanaram suas demandas iniciais, 37% permaneceram em atendimento para o ano de 2016, 10% encontravam-se em processo de desligamento, 9% foram encaminhados à rede e 1% estavam aguardando atendimentos para o ano seguinte, conforme gráfico exposto abaixo.

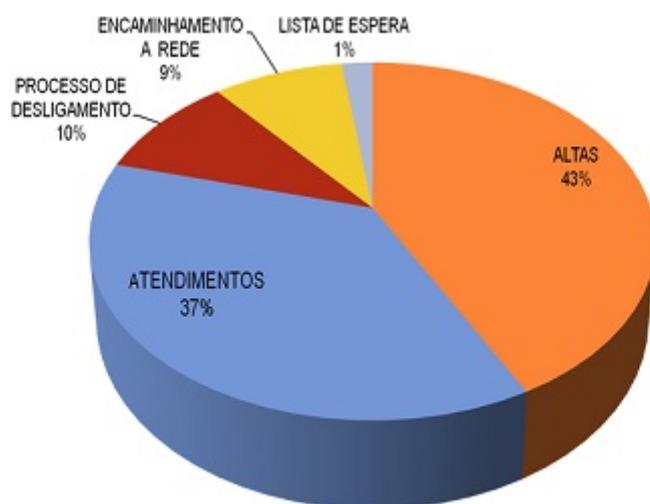


Figura 1 Resultado da Avaliação de 2015.

Compreende-se que o expressivo número de 129 (47%) crianças e adolescentes que tiveram

Evento: XX Jornada de Extensão

resolutividade em suas demandas reflete a contribuição do GAP para atenuar as dificuldades emocionais, comportamentais e questões sociais do público atendido, bem como, revela a necessidade de se voltar a atenção para as complexidades do desenvolvimento infantil. Portanto, considerando as estratégias de intervenção, foi possível identificar e sanar as demandas apresentadas, atender de forma integral as famílias dos atendidos, oferecendo suporte às demandas familiares, consolidando e fortalecendo a rede de Proteção à criança e ao adolescente no município de Giruá, trabalhando de forma articulada e transversal através do diálogo permanente com as entidades participantes do Sistema de Garantia de Direitos.

Compreende-se que um dos maiores desafios enfrentados por um Governo que visa implantar políticas sociais é quanto à efetividade desta atividade, principalmente, no que se refere a mensurar o acréscimo de desenvolvimento social em sua comunidade. Esse crescimento deve partir do desenvolvimento dos membros da comunidade através das políticas do poder público, estendendo e interligando para um desenvolvimento integral de toda a comunidade, dessa forma haverá condições de igualdade e bem-estar social. De acordo com Ball (2011), é preciso romper com a visão de que as políticas se originam deslocadas das pessoas e podem ser aplicadas em qualquer realidade. Segundo o autor, há um processo central de tradução e recriação o que torna os sujeitos atores ativos das políticas.

De acordo com Gesser (2013), é possível sustentar que os saberes envolvidos na implantação, execução e atuação do GAP, enquanto processos de inserção nas diferentes políticas públicas, consideram a subjetividade como o principal sustentação à garantia dos direitos humanos, compreendida como uma construção histórico-social nas relações que o sujeito estabelece em seu contexto de pertencimento. Desse modo, é preciso escutar as experiências, identificações, desejos, necessidades dos sujeitos abordados, a partir do acolhimento de suas singularidades GESSER (2013).

Na atualidade entende-se o conceito de desenvolvimento de uma sociedade através do seu viés econômico e pelo desenvolvimento social que ela alcançou, bem como, através da estruturação da igualdade social, econômica e cultural estabelecida entre os seus cidadãos. Entretanto, para que essa integralidade ocorra de forma efetiva é preciso que o poder público esteja disposto a enfrentar as chagas sociais, como desigualdade, pobreza, violência, falta de justiça social e as fragilidades do sistema educacional brasileiro. Esse enfrentamento ocorre, primeiramente através da vontade do Estado de buscar o bem-estar de todos os seus cidadãos, cuja ação se efetiva por meio da implementação de políticas públicas inclusivas, inovadoras e eficazes, pois, política pública se define com “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p. 12-13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Grupo de Apoio Psicossocial (GAP) corrobora a importância das políticas públicas na

Evento: XX Jornada de Extensão

proteção, garantia de direitos e resolução das situações de risco e vulnerabilidades sociais que atingem crianças e adolescentes. Desse modo, compreende-se que o fortalecimento da rede local de proteção à criança e ao adolescente possibilitará a construção de sujeitos amparados em políticas públicas articuladas e eficazes. Portanto, é possível observar que o GAP oportunizou condições de suporte psicológico, psicopedagógico e social às crianças e adolescentes atendidos, possibilitando o seu desenvolvimento integral, através da busca da sua emancipação social.

Palavras-chave: crianças e adolescentes, rede de apoio, atendimento.

Keywords: children and teenagers, support network, attendance.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

CRUZ, L., Hillesheim, B. & Guareschi, N. Infância e Políticas Públicas: Um Olhar sobre as Práticas Psi. **Psicologia & Sociedade**, 17 (3), 42-49; set-dez: 2005.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, no. 21 (2000): 211-59

GESSER, M. Políticas Públicas e Direitos Humanos: Desafios à Atuação do Psicólogo. **Psicologia Ciência e Profissão**, vol. 33, 2013, pp. 66-77.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

RUA, M. das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. 2009. Disponível em: Acesso em: 01 out. 2018.

RUA, M. das G.; ROMANINI, R. Para aprender políticas públicas. Brasília: IGEPP, 2013. Disponível em: Disponível em: Acesso em: 30 set. 2018.